

1 Memória de Reunião

Data: 23/09/2024	Local Plataforma Virtual Jitsi Meet: https://meet.jit.si/CBHSMV
Início previsto: 14:00	Término previsto: 17:00
Objetivo: Pauta	
<ol style="list-style-type: none">I. Abertura e verificação de quórum;II. Análise e proposição de ações frente a Resolução AGERH no 003 (anexa), de 17/09/2024 - Declara Estado de Alerta frente ao prolongamento da escassez hídrica em rios de domínio do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Art. 2o. Recomendar ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e aos Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais (CBHs), que mobilizem os representantes de suas entidades, em regime de urgência, para a formulação de ações e adoção de medidas emergenciais de abrangência regional e local, incentivando o uso racional das águas, como estratégia de adaptação e de enfrentamento a situação que se apresenta.III. Informes gerais e encerramento.	

2 Poder Público

- 3 ➤ Cintia Aparecida Bremekamp – Incaper – Titular (**Presente**)
- 4 ➤ Fabiano Zamprogno Novelli - IEMA– Titular (**Presente**)
- 5 ➤ Mariângela Dutra – IFES – Suplente (**Presente**)
- 6 ➤ Stephanie C Z Magalhães - Prefeitura Municipal da Serra – Titular (**Presente**)
- 7 ➤ Tarcísio José Föeger - Prefeitura Municipal Vitória – Titular (**Presente**)
- 8 ➤ Rafaela Tesch – Prefeitura Municipal de SMJetibá – Titular (**Presente**)

9 Usuários

- 10 ➤ Carla Caon (ArcelorMittal) – Titular (**Presente**)
- 11 ➤ Deisy Silva Corrêa (CESAN) – Titular (**Presente**)
- 12 ➤ Thais Peisino – Vale – Titular (**Presente**)
- 13 ➤ Lenícia – STRSMJetibá – Titular (**Presente**)

14 Sociedade Civil

- 15 ➤ Sem representantes

16 Representante Institucional

- 17 ➤ Antônio de Oliveira Junior – AGERH – (**Presente**)

18 Convidados

- 19 ➤ Fernando Pratti - Prefeitura Municipal de Vitória (**Presente**)

20 Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, às catorze horas,
21 reuniram-se os membros do CBH Rio Santa Maria da Vitória para a Assembleia Extraordinária,

22 realizada virtualmente pela plataforma jitsimeet. Link:
23 <https://youtube.com/live/CC38FQezvzk> . O Presidente, Sr. Tarcísio José Föeger, iniciou a
24 reunião saudando os presentes e desejando a todos uma boa reunião. Em seguida, realizou a
25 verificação do quórum e confirmou que havia quórum positivo. Seguiu-se para o item II.
26 **Análise e proposição de ações frente a Resolução AGERH no 003 (anexa), de 17/09/2024 -**
27 **Declara Estado de Alerta frente ao prolongamento da escassez hídrica em rios de domínio**
28 **do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Art. 2o. Recomendar ao Conselho**
29 **Estadual de Recursos Hídricos (CERH) e aos Comitês de Bacias Hidrográficas estaduais**
30 **(CBHs), que mobilizem os representantes de suas entidades, em regime de urgência, para a**
31 **formulação de ações e adoção de medidas emergenciais de abrangência regional e local,**
32 **incentivando o uso racional das águas, como estratégia de adaptação e de enfrentamento a**
33 **situação que se apresenta.** O Sr. Tarcísio José Föeger fez a leitura detalhada de todo o
34 documento, realizando apontamentos e destacando os principais pontos. Após a
35 apresentação, foi aberta a palavra para manifestações dos participantes. A empresa
36 ArcelorMittal, representada pela Sra. Carla Caon, fez uma exposição sobre os esforços da
37 empresa no sentido de reduzir o consumo de água doce captada dos rios. A Sra. Carla relatou
38 que a ArcelorMittal vem se preparando ao longo dos anos com investimentos em planta de
39 dessalinização e aumento do reuso interno de água. Atualmente, a empresa utiliza apenas 4%
40 de água doce fornecida pela CESAN e captada de poços subterrâneos, sendo que recircular
41 mais de 97% do volume de água doce utilizado. A maior parte da água consumida, cerca de
42 96%, provém do mar, como parte do processo de dessalinização. Entretanto, a empresa Vale,
43 representada pela Sra. Thais Peisino, também fez sua manifestação, destacando as práticas
44 adotadas para o reuso e gestão eficiente da água. A Sra. Thais informou que a empresa utiliza
45 aproximadamente 82% de água em suas operações. A água nova utilizada pela Vale provém,
46 em grande parte, de poços subterrâneos, com uma pequena parcela sendo fornecida pela
47 CESAN. Em seguida, o Presidente, Sr. Tarcísio José Föeger, questionou a Sra. Lenícia Kosanke
48 Brum, sobre como tem sido realizada a divulgação da Resolução AGERH nº 003/2024 para os
49 produtores rurais, especialmente os que possuem outorga para uso de recursos hídricos. A
50 Sra. Lenícia Kosanke Brum informou que a resolução tem sido amplamente divulgada entre os
51 produtores rurais. Ela destacou as seguintes ações para disseminação das informações:
52 Divulgação nos grupos de produtores, Programas de rádio. Em seguida, Tarcísio Föeger
53 concedeu a palavra Antônio de Oliveira Junior para que ele fizesse uma breve apresentação.
54 O Sr. Antônio apresentou um resumo do monitoramento do Rio Santa Maria da Vitória,

55 detalhando a extração dos dados de monitoramento estadual. Ele informou que obteve dados
56 de dois pontos significativos de monitoramento da bacia para o acompanhamento das vazões,
57 que abrangem os cursos alto, médio e baixo do rio. O monitoramento foi feito com base nos
58 dados de vazão do sistema de telemetria, interligado ao monitoramento nacional da Agência
59 Nacional de Águas (ANA). Ele destacou que não há dados disponíveis para sub-bacias, como
60 seria desejável, especialmente para os afluentes do rio Santa Maria como o Rio da Prata, que
61 poderiam fornecer informações também importantes para detalhar a situação. Explicou que,
62 ao trabalhar com os dados de vazão do sistema de telemetria, os dois pontos de
63 monitoramento referem-se à empresa que aproveita o potencial hidráulico da bacia e
64 constam disponíveis no site da Agerh. Em seguida, apresentou gráficos e discutiu o conceito
65 de "Q90", que é a vazão mínima estimada com base no tempo histórico de vazões medidas
66 em determinados cursos d'água da bacia. Foi explicado que, se a vazão real do rio for reduzida
67 para um limite inferior a 50% da Q90, o cenário passa a apresentar, segundo os critérios de
68 outorga, condição crítica para a bacia, podendo comprometer a capacidade de diluição dos
69 efluentes lançados no manancial por exemplo. O momento atual, em determinados trechos
70 do rio Santa Maria, a disponibilidade hídrica torna-se insuficiente para atender aos usos
71 múltiplos. O Sr. Antônio informou que o ponto do Rio Santa Maria que passa pela área urbana
72 de Santa Leopoldina está em uma condição similar ao exemplificado, de alerta para crítico. Ele
73 apresentou gráficos que mostram as situações de vazão representativas das porções do alto,
74 médio e Baixo Santa Maria da Vitória. A análise indicou que o rio está em um nível crítico, o
75 que gerou a necessidade de uma ação imediata para mitigar os impactos. O Sr. Antônio
76 também demonstrou os gráficos de vazão da UHE Suíça, localizada no médio curso, com dados
77 compilados que indicam uma vazão média diária de 4.82 m³/s. A vazão mínima estimada para
78 esse trecho (50%Q90), com base na série histórica, é de 4.85 m³/s. Assim, a atual vazão se
79 encontra próxima do nível crítico, e qualquer redução adicional (de 4.82 m³/s para 2.42 m³/s)
80 comprometeria a capacidade de diluição dos efluentes lançados no rio. Foram apresentados
81 gráficos com as médias mensais de junho a setembro, que permitiram que o Centro Integrado
82 de Comando e Controle (CICC), formado por INCAPER, CESAN, AGERH e coordenado pela
83 Defesa Civil, deflagrasse o cenário de alerta no Estado. Esse monitoramento e a análise das
84 vazões médias indicaram que a situação exigia uma mudança no cenário de atenção. Em
85 seguida, Tarcísio Föeger concedeu a palavra aos membros para que se manifestassem.
86 Fabiano fez uma observação sobre o artigo 2 da resolução, que declara o estado de alerta e
87 destaca o papel dos comitês de bacia no processo de diálogo e mobilização da sociedade.

88 Ressaltou que, embora os dados dos monitoramentos sejam fundamentais, a mobilização em
89 campo é essencial. Ele destacou que, de acordo com o artigo, os comitês de bacia têm a
90 responsabilidade de atuar de forma mais próxima da comunidade, promovendo reuniões
91 regionais e envolvendo a sociedade local na discussão e busca por soluções. Ele fez uma crítica
92 construtiva ao considerar que a abordagem deve ser mais "de chão de fábrica", enfatizando
93 que é necessário ir até as regiões afetadas, como Santa Maria de Jetibá e Santa Leopoldina,
94 para entender as realidades locais e definir ações técnicas com base no que é vivido pela
95 comunidade. Fabiano não discordou da importância dos dados, mas reforçou que a interação
96 direta com a sociedade e o entendimento mais profundo do "campo" são cruciais para tomar
97 decisões informadas e eficientes. Em seguida, a representante da CESAN/Sra. Deisy Corrêa
98 informou que está sendo monitorado pela CESAN, expõe que consultará a unidade de
99 produção e somente após a manifestação da unidade responsável trará a plenária. Também
100 relatou que a colega Ludimila, que atua na operação em Santa Maria, mencionou que a
101 capacitação de Santa Maria está mantendo o nível em razão do estado da barragem de Rio
102 Bonito, que atualmente se encontra com 87% de sua capacidade cheia. Essa condição tem
103 permitido que a operação ocorresse de maneira relativamente natural. Adicionalmente, a Sra.
104 Deisy destacou a importância do cumprimento do Artigo 6º, que recomenda à Prefeitura
105 Municipal e a outros órgãos fiscalizadores maior atenção ao desperdício de água, como no
106 caso da lavagem de vidraças e fachadas. Após, O Sr. Tarciso fez uma importante reflexão sobre
107 a política hídrica do estado, destacando que, de fato, a resolução atribui aos municípios e aos
108 órgãos de fiscalização a execução das ações relacionadas ao uso e à conservação da água. Ele
109 mencionou que, em Vitória, há um arcabouço legal que garante a autuação, além de diversas
110 ações de educação ambiental já em execução. No entanto, ele levantou uma questão crítica
111 sobre a efetividade da política de reservação hídrica no Espírito Santo nos últimos 20 anos,
112 considerando que, na sua avaliação, essa política tem sido muito tímida. Tarciso também
113 ressaltou que, no momento, não se tem um levantamento completo das barragens em
114 construção no estado, mas ele enfatizou a necessidade urgente de um sistema de capacitação
115 direta do corpo hídrico, incluindo o Rio Santa Maria. Ele explicou que, atualmente, o estado
116 está à mercê da vazão natural dos rios e dos efeitos climáticos, como o fenômeno El Niño e La
117 Niña. Embora o Rio Santa Maria tenha grandes reservatórios, como o da Usina de Suíça, que
118 são usados para a geração de energia, o baixo curso do rio não possui sistemas de reservação.
119 Ele afirmou que, sem uma ação efetiva de reservação hídrica no baixo Santa Maria, o
120 gerenciamento da água na região se torna muito mais vulnerável a variações climáticas e

121 eventos extremos. Em seguida, Sra. Stephanie Cabalini Zucoloto Magalhães fez uma
122 importante intervenção sobre a resolução mencionada, destacando que ela trouxe
123 ferramentas importantes que permitiram ao município da Serra intensificar suas ações de
124 fiscalização ambiental. Essas medidas contribuíram para que todos os atores envolvidos
125 agissem de maneira articulada, evitando que o cenário ambiental se agravasse. Ela também
126 mencionou que, no município da Serra, existe uma legislação municipal em vigor desde 2015
127 que estabelece penalidades, incluindo multas, para situações de limpeza inadequada de áreas.
128 No entanto, ao analisar os dados apresentados pelo Sr. Antônio, Sra. Stephanie ressaltou que
129 a questão envolve uma lógica matemática. Existe um fluxo hídrico natural no rio, uma vazão
130 que pode ser monitorada, além de uma reserva hídrica que já está sendo utilizada de maneira
131 considerada "sustentável". Sra. Stephanie enfatizou a contribuição específica da CESAN, que
132 realiza a captação de água e, juntamente com outros usos na bacia, desempenha um papel
133 significativo nesse contexto. No entanto, ela cobrou um maior engajamento da CESAN no
134 enfrentamento da crise hídrica e solicitou que a empresa apresente o volume de água captado
135 e disponibilizado para a indústria, como forma de promover maior transparência e
136 planejamento para a gestão dos recursos hídricos na região. Após, o Sr. Tarcísio José Föeger
137 informou a Stephanie que a CESAN possui, de fato, uma representante, a Deisy, que integra
138 até a diretoria do CBH. Em seguida, solicitou a Deisy, em razão da fala de Stephanie, que
139 verificasse a possibilidade de fornecer informações sobre o volume de água captado pela
140 CESAN no Rio Santa Maria da Vitória, bem como a distribuição desse volume, ou seja, quanto
141 é destinado à indústria e quanto vai para o abastecimento residencial. Em seguida, Sr. Deisy
142 sugeriu agendar uma nova reunião para a próxima sexta-feira, dia 27 de setembro de 2024,
143 para que a CESAN apresente sua avaliação do manancial. Após, Sra. Mariângela Dutra sugere
144 que a CESAN invista em campanhas publicitárias e de educação ambiental focada nos
145 impactos da escassez hídrica. Após, Sr. Tarcísio Föeger, consultou a plenária sobre o envio ao
146 Governo do Estado de requerimento sobre a Política de reservação hídrica para a bacia do Rio
147 Santa Maria da Vitória. Em seguida, questionou os membros se todos estavam de acordo para
148 a reunião marcada para o dia 27 de setembro de 2024, às 13h30. Sem manifestações
149 contrárias, todos concordaram. Em seguida, passou para o item **III. Informes gerais e**
150 **encerramento**; não havendo mais assuntos a serem discutidos, o presidente agradeceu a
151 presença de todos e declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e quinze minutos. A
152 presente Ata foi lavrada por mim, Nicolly Pereira Fidelis, em suporte à Secretaria Executiva do
153 Comitê.



154

155

156

157

158 Tarcísio Föeger

Deisy Silva Corrêa

159 Presidente

Secretário Executivo